

# economia

## Copom mantém taxa Selic em 15% ao ano

Anúncio desta quarta-feira do Banco Central, aprovado por unanimidade, seguiu a expectativa do mercado financeiro

### /CONJUNTURA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem manter parada a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano pela segunda vez seguida. A decisão do colegiado foi unânime. O ciclo de alta de juros foi interrompido no encontro anterior, em julho, com a Selic estacionada em seu maior nível observado em 19 anos.

Naquela ocasião, o colegiado do BC foi cauteloso ao antecipar os próximos passos, falando em “continuação na interrupção do ciclo” na reunião de setembro. A decisão desta quarta correspondeu à visão consensual do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrava que a manutenção dos juros no atual patamar de 15% ao ano era a expectativa unânime das 36 instituições consultadas.

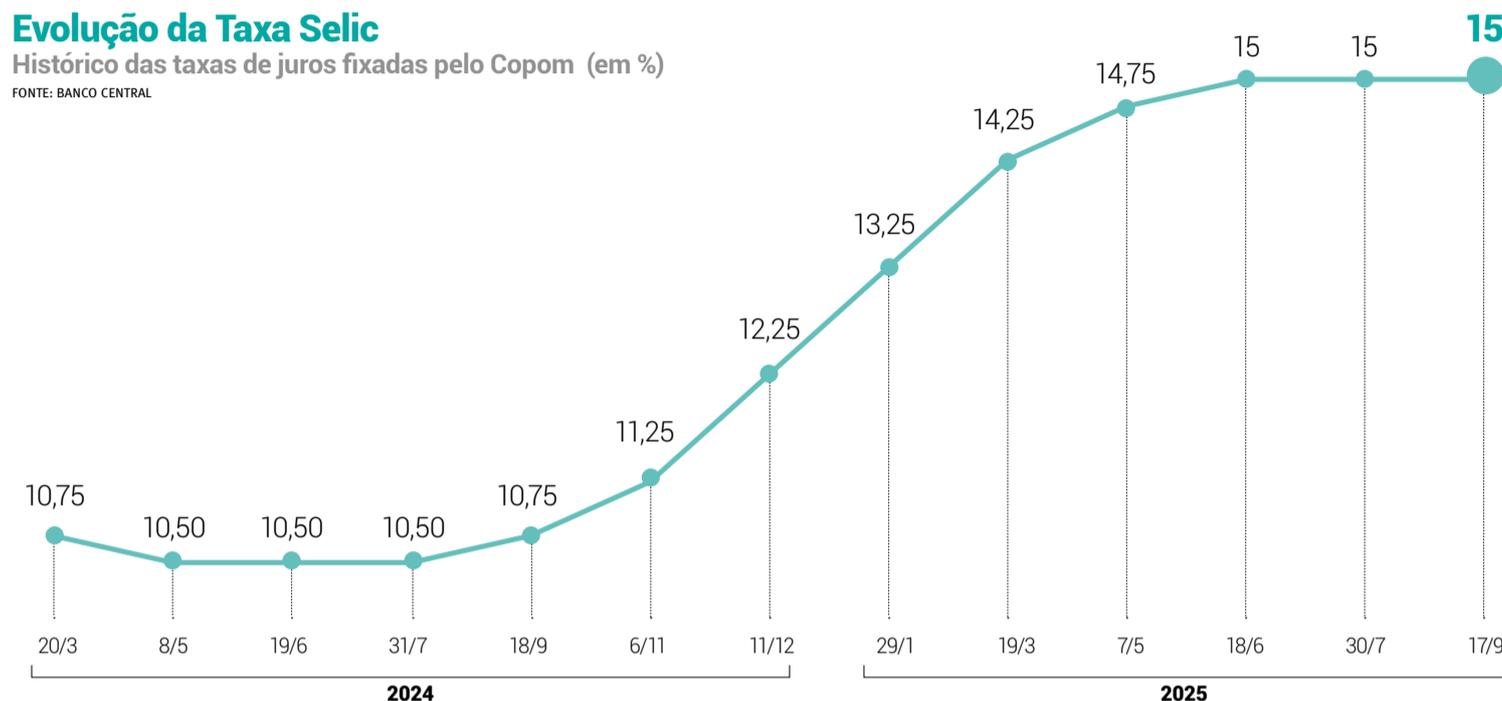
Ao longo do ciclo de alta de juros, que durou de setembro de 2024 a junho deste ano, a taxa básica acumulou elevação de 4,5 pontos percentuais - de 10,5% a 15% ao ano. Nesse processo, que atravessou a transição de comando do BC, foram sete aumentos ao todo.

A Selic começou a subir na gestão de Roberto Campos Neto, cujo mandato terminou em 31 de dezembro de 2024, e seguiu em alta sob a atual administração do

### Evolução da Taxa Selic

Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom (em %)

FONTE: BANCO CENTRAL



BC, comandada por Gabriel Galípolo -indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nas últimas semanas, o cenário econômico evoluiu de maneira mais favorável ao trabalho do BC de levar a inflação em direção à meta.

O objetivo central perseguido pelo Banco Central é de 3%. No modelo de meta contínua, o alvo é considerado descumprido quando a inflação acumulada permanece por seis meses seguidos fora do

intervalo de tolerância, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto).

O primeiro estouro da inflação no novo formato ocorreu em junho. Dois meses depois, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve a primeira deflação (reco) em um ano com queda na conta de luz, na gasolina e em alimentos. No acumulado em 12 meses até agosto, o índice soma inflação de 5,13% -bastante acima do teto.

As expectativas de inflação de

médio prazo tiveram leve melhora, mas seguem distantes do centro da meta. Segundo o último boletim Focus, os analistas projetam que o IPCA termine 2026 em 4,3%. Para 2027, a estimativa mediana do mercado para inflação recuou para 3,9%. Devido aos efeitos defasados da política de juros sobre a economia, o Copom tem hoje a inflação do primeiro trimestre de 2027 na mira.

No cenário internacional, o Fed (Federal Reserve, o banco cen-

tral dos EUA) cortou os juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 4% e 4,25% ao ano. A redução ocorre em meio a ataques de Donald Trump à autonomia da instituição. O aumento da diferença entre as taxas dos EUA e do Brasil pode beneficiar os ativos brasileiros e ajudar a segurar o dólar.

O Copom volta a se reunir nos dias 4 e 5 de novembro, no penúltimo encontro do ano, quando passará a olhar para a inflação do segundo trimestre de 2027.

## Setor produtivo atribui decisão do BC à crise fiscal e cenário externo

Em nota, o presidente do Sistema Fiegs, Claudio Bier, avaliou que quadro fiscal do País deteriorado e incerteza no ambiente externo ajudam a explicar manutenção dos juros.

“Avançar rumo a uma trajetória de redução dos juros exige um compromisso firme com o equilíbrio fiscal, capaz de resgatar a confiança e criar condições para o crescimento da produção e do emprego, meta que o governo federal ainda não alcançou”, apontou.

Segundo a entidade, a incerteza no ambiente externo, potencializada pelas tarifas comerciais impostas pelo governo dos Estados Unidos, é mais um elemento que ajuda a explicar a permanência da taxa Selic em 15%. “A manutenção dos juros em 15% reflete um cenário ainda marcado pela deterioração do quadro fiscal, pela inflação acima da meta e pela incerteza quanto aos efeitos das tarifas comerciais impostas

pelos Estados Unidos ao Brasil”, afirma Bier.

O presidente da federação alerta ainda que a política monetária restritiva impõe um elevado custo à estrutura produtiva nacional. “Juros tão elevados penalizam as empresas na medida em que as taxas bancárias também permanecem altas, tornando o acesso ao crédito ainda mais caro e difícil”, critica.

Ele ressalta que, na prática, o custo do financiamento para as empresas supera com folga os 15% da Selic, já que os bancos aplicam taxas adicionais e encargos que elevam significativamente o valor efetivo do crédito. “Com o spread bancário e o lucro dos bancos, essa taxa chega a 20%. Não tem atividade econômica no Brasil que resista a essa taxa de juro absurda”, reforça.

Para o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, a decisão do Copom por manter

a taxa Selic em 15,00 ao ano já era esperada.

“Com as expectativas de inflação em queda, ainda que distantes da meta, o aperto monetário torna-se ainda mais intenso. Apesar da desaceleração da atividade econômica, o mercado de trabalho segue resiliente, com taxas de desocupação muito baixas, enquanto os efeitos das tarifas impostas pelos Estados Unidos aumentam a percepção de incerteza no cenário atual, reforçando a postura cautelosa do Banco Central”, analisa.

Ainda segundo Bohn, embora a inflação tenha registrado resultado negativo em agosto, a abertura dos dados do IPCA mostra que os serviços continuam preocupando.

“A queda decorreu essencialmente de fatores pontuais. Como temos reiterado, é urgente promover uma redução estrutural da taxa de juros no país. Para tanto, o governo brasileiro precisa cons-

truir condições fiscais sustentáveis, por meio da racionalização e contenção dos gastos públicos. O ajuste das contas via aumento de receitas, como tem sido a prática recorrente do governo atual, já se encontra esgotado e insustentável a médio prazo”, considera.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) cobrou coordenação fiscal e monetária para destravar a economia. A entidade avaliou que a “manutenção da Selic em patamar contracionista reforça os obstáculos ao crescimento da economia brasileira, afetando o consumo, o investimento e a competitividade das empresas”. Uma política fiscal alinhada com a política monetária facilitaria o trabalho do Banco Central no controle da inflação, permitindo uma trajetória de queda dos juros nos próximos meses”, afirma em nota o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

## Brasil segue em 2º no ranking dos países com maiores juros

Com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, o Brasil segue na segunda posição no ranking mundial de juros reais (descontada a inflação), abaixo apenas da Turquia.

A taxa real brasileira caiu de 9,76% ao ano, dado do levantamento feito em julho, para 9,51% ao ano. Na Turquia, os juros reais subiram de 10,08% para 12,34% ao ano no mesmo período.

O Brasil possui juros reais mais elevados que Rússia (4,79%), Colômbia (4,38%) e México (3,77%), segundo ranking elaborado pelo Portal MoneYou e pela Lev Intelligence, que estimaram uma taxa média de 1,45% ao ano em 40 países, mais baixa que o 1,66% de julho deste ano.